



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 638578 - MG (2021/0001291-5)

RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ
IMPETRANTE : RENATO MASSIERE CANDIDO
ADVOGADO : RENATO MASSIERE CÂNDIDO - MG108483
IMPETRADO : TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIAO
PACIENTE : LAZARO DONIZET RABELO
CORRÉU : MARCOS APARECIDO FELTRIN
CORRÉU : FRANCISCO HOLANDA DINIZ

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de LAZARO DONIZET RABELO em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO (N. 0004746-38.2018.4.01.3807).

Em primeiro grau de jurisdição, o Juízo Federal da Subseção Judiciária de Montes Claros (MG) rejeitou a denúncia contra o paciente por prática descrita no art. 149 do Código Penal. Manejado recurso em sentido estrito, foi provido pelo TRF da 1ª Região (acórdão de fls. 38-39).

O impetrante sustenta que há constrangimento ilegal, porquanto seria a denúncia inepta, porque não descreve justa causa para a persecução penal. A conduta narrada e atribuída ao paciente é atípica.

Requer, liminarmente, a suspensão dos efeitos do acórdão atacado. No mérito, pugna pela concessão da ordem para declarar a inépcia da denúncia, a ausência de justa causa e a atipicidade da conduta, determinando o trancamento da ação penal.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas

preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 09 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente